



Terça-feira, 02 de junho de 2009 - 22h00

Madeira ilegal brasileira é estrela de TV



Madeira ilegal sendo beneficiada em Altamira, no Pará

Foto: Sérgio Vignes

Gisiela Klein

Se você gosta de decoração ou tem algum interesse pelo assunto já deve ter assistido ou ouvido falar em programas como *Extreme Makeover*, do canal People+Arts. Neste programa, o líder Ty Pennington e sua equipe de designers escolhem uma família que terá sua casa totalmente reformada e mobiliada no período de sete dias. O que talvez você não saiba é que muitas daquelas casas e móveis foram construídos com madeira retirada ilegalmente do Brasil.

A empresa que patrocina o *reality show*, a norte-americana Lumber Liquidators, é uma das multinacionais que compra madeira retirada de áreas de preservação e reservas indígenas no Pará, no Norte do Brasil. Mas não é só a Lumber. A madeira ilegal é vendida para as maiores cadeias de pisos e móveis nos Estados Unidos, Europa, Ásia e Oceania, muitas delas detentoras de selos de certificação de madeira.

Aproximadamente 70% da madeira comercializada no Pará é ilegal. Um negócio que movimenta R\$ 30 milhões por ano em exportações e que foi responsável por R\$ 1 bilhão em multas ambientais só em 2007.

Todo o esquema de “esquentamento” de madeira no Norte do país será revelado pelo Observatório Social, uma organização sem fins lucrativos que realiza estudos sobre exploração do trabalho, meio-ambiente, saúde e segurança.

A 15ª edição da revista do Observatório, que será lançada na próxima quarta-feira, dia 10, traz uma reportagem especial sobre a quadrilha que opera na Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará. O lançamento da revista será às 10h em uma solenidade no Auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), no Centro de São Paulo.

Todas as embaixadas dos países citados na reportagem foram convidadas para o lançamento e uma versão em inglês do texto será distribuída. Além disso, o material será encaminhado para Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Ibama, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Relações Exteriores. A reportagem também estará disponível no [site do Observatório Social](#) a partir do dia 10.

Madeireiras criminosas

Seis jornalistas trabalharam durante sete meses no levantamento e edição das informações. Eles partiram para o Pará com uma lista de 10 madeireiras que vinham sendo multadas sistematicamente pelo Ibama nos últimos anos. In loco, comprovaram que muitas destas madeireiras continuam operando e fornecendo madeira ilegal para as exportadoras.



O esquema funciona com notas liberadas por fiscais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. As madeireiras apresentam notas de carregamentos que seriam provenientes das chamadas áreas de manejo no Pará e em outros Estados. As notas são aprovadas pelos fiscais e aí as madeireiras fazem o carregamento de madeira retirada de outras áreas que não de manejo.

As exportadoras compram a mercadoria e revendem para as multinacionais. Legalmente, exportadoras e multinacionais não estão erradas. Toda a documentação está correta. No entanto, não há preocupação com a procedência do produto. Procuradas pela reportagem da revista, as empresas envolvidas no esquema preferem esperar a publicação da reportagem para se pronunciar.

As autoridades brasileiras não negam o problema. Ministério Público Federal e Ibama estão investigando o esquema e o ex-secretário do Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, também admitiu que uma quadrilha atua no Estado. Ortega pediu demissão e nesta segunda-feira o posto foi assumido por Aníbal Picanço, ex-superintendente do Ibama. No discurso de despedida, Ortega, disse que “o desafio de conter o desmatamento ilegal está com o estado do Pará, e que para isto é importante dotar a secretaria das condições necessárias para desenvolver suas ações institucionais”.